

CONCURSO PÚBLICO FOZ PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
RETIFICAÇÃO Nº 01/02/2018

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(Republicado na íntegra por ter saído com incorreções no Diário Oficial do Município de Foz do Iguaçu de 14/05/2018)

LÍNGUA PORTUGUESA (para todos os cargos)

Tem por objetivo central avaliar a capacidade de o candidato compreender textos de diferentes gêneros, bem como avaliar a capacidade de perceber relações estruturais e semânticas entre fenômenos linguísticos sentenciais e textuais e operar sobre eles, mostrando domínio da língua padrão escrita.

RACIOCÍNIO LÓGICO (para o cargo de Assistente Previdenciário)

Resolução de problemas envolvendo frações, números inteiros, conjuntos, porcentagens, sequências (com números, com figuras, com palavras). Raciocínio lógico-matemático: proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica, argumentos válidos.

INFORMÁTICA (para o cargo de Assistente Previdenciário)

Noções de hardware e software de computador. Sistema Operacional Microsoft Windows; Microsoft Office: Editor de textos Word e Planilha Excel; Internet e ferramentas Microsoft Office. Noções de redes de computadores, Internet e Intranet. Ferramentas e aplicativos de navegação e correio eletrônico. Grupos de discussão, busca e pesquisa na Internet. Noções de segurança e proteção: vírus, worms e derivados.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E LEGISLAÇÃO (para o cargo de Assistente Previdenciário - Nível Médio)

PROGRAMA

1. Fundamentos da Administração Pública.
2. Organização, Sistemas e Métodos: Estruturas Organizacionais.
3. Técnicas de Comunicação e Atendimento ao Público.
4. Noções de Administração de Pessoas: treinamento e desenvolvimento; avaliação de desempenho.
5. Noções de Administração de Recursos Materiais: Planejamento e controle de estoques; Planejamento e controle dos bens patrimoniais.
6. Fluxograma.
7. Noções de Administração Pública: Princípios Constitucionais da Administração Pública; Licitação - Lei nº. 8.666/1993; Contrato Administrativo; Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, das Autarquias e Fundações Públicas do Estado. Lei Complementar Municipal nº 17, de 30 de agosto de 1993 (Estatuto dos Servidores Municipais de Foz do Iguaçu) e Legislação Previdenciária.
8. Legislação Previdenciária: Lei Complementar Municipal nº 107, de 19 de abril de 2006 (Reestrutura o Regime Próprio de Previdência do Município de Foz do Iguaçu) e suas atualizações até a data de publicação do edital.
9. Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
10. Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.
11. Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.
12. Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005.
13. Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012.
14. Emenda Constitucional nº 88, de 07 de maio de 2015.
15. Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998 - Lei Geral da Previdência no Serviço Público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALVES, Paulo Vicente. Gestão Pública Contemporânea. Editora Starlin 2015.
2. CHIAVENATTO, Idalberto. Administração Geral e Pública - Série Provas e Concursos 4ª edição. Editora Manole 2016.
3. Administração Pública: Normas e Regulamentos. <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/154487>
4. FOZ DO IGUAÇU. **Lei Complementar nº 17, de 30 de agosto de 1993** – Estatuto dos Servidores Municipais de Foz do Iguaçu. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/prefeitura/pr/fozdoiguacu>
5. FOZ DO IGUAÇU. **Lei Complementar nº 107, de 19 de abril de 2006** – Reestrutura o Regime Próprio de Previdência do Município de Foz do Iguaçu – Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/prefeitura/pr/fozdoiguacu>
6. BRASIL. **Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998** – Dispõe sobre regras gerais para a organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9717.htm
7. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e Emendas Constitucionais**. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>

8. BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível no link: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L8666compilado.htm.

LEGISLAÇÃO (para os cargos de Analista Previdenciário)

Arquivologia, Ciências Contábeis, Nível Superior Geral, Serviço Social e Sistema de Informação)

1. Artigos 39 a 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
2. Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc41.htm
3. Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc47.htm
4. Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc70.htm
5. Emenda Constitucional nº 88, de 07 de maio de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc88.htm
6. Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm
7. FOZ DO IGUAÇU. **Lei Complementar nº 17, de 30 de agosto de 1993** – Estatuto dos Servidores Municipais de Foz do Iguaçu. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/prefeitura/pr/fozdoiguacu>
8. FOZ DO IGUAÇU. **Lei Complementar nº 107, de 19 de abril de 2006** – Reestrutura o Regime Próprio de Previdência do Município de Foz do Iguaçu – Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/prefeitura/pr/fozdoiguacu>
9. BRASIL. **Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998** – Dispõe sobre regras regais para a organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9717.htm
10. BRASIL. **Lei nº 10.887/2004, de 18 de junho de 2004** - Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nos 9.717, de 27 de novembro de 1998, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/10.887.htm

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO: Analista Previdenciário – Arquivologia

PROGRAMA

1. Arquivística: fundamentos, princípios, conceitos e Ciclo Vital dos documentos.
2. Organismos Arquivísticos Nacionais e Internacionais.
3. Gestão de Documentos: diagnóstico, atividades de protocolos, métodos de arquivamento, classificação e avaliação de documentos.
4. Diplomática Contemporânea.
5. Análise Documentária aplicada em Arquivos: tipologias documentais e suportes físicos
6. Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED).
7. Digitalização e Microfilmagem: políticas, planejamento e técnicas.
8. Legislação Arquivística:
 - 8.1 BRASIL. **Decreto Nº 4.073, de janeiro de 2002** - Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm
 - 8.2 BRASIL. **Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011** - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm
 - 8.3 BRASIL. **Lei Nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991** - Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm
 - 8.4 FOZ DO IGUAÇU. **Lei nº 3.808, de 26 de abril de 2011** - Dispõe sobre a gestão de documentos do Arquivo Geral no âmbito do Poder Executivo Municipal e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/prefeitura/pr/fozdoiguacu>
9. Arquivos permanentes: princípios, arranjo, descrição, instrumentos de pesquisas, ações culturais e educativas.
10. Preservação, conservação e restauração de acervos arquivísticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <http://simagestao.com.br/wp-content/uploads/2016/01/Dicionario-de-terminologia-arquivistica.pdf>
2. BRASIL. **Lei Nº 8.159, DE 08 DE JANEIRO DE 1991** - Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.
3. BRASIL. **Lei Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011**- Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.
4. BRASIL. **Decreto Nº 4.073, DE 3 DE JANEIRO DE 2002** - Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.
5. BELLOTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes. Tratamento documental**. 4º. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
6. BELLOTTO, Heloísa Liberalli, **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2º Ed.- Brasília: Briquet de Lemos, 2008.
7. CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas** – São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000. 80 p. – (Projeto Como fazer, 5). Disponível em: http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf5.pdf
8. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos** / Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. 1.1. Versão. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/earqbrasil_model_requisitos_2009.pdf
9. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania** - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. P. 15 a 79 Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Cartilha_criacao_arquivos_municipais.pdf
10. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf
11. ELKINGTON, Nancy E. **Manual do RLG para Microfilmagem de arquivos**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. P. 63 – 173. Disponível em: Disponível em: <http://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2017/07/53.pdf>
12. FOZ DO IGUAÇU. **Lei nº 3.808, DE 26 DE ABRIL DE 2011** - Dispõe sobre a gestão de documentos do Arquivo Geral, no âmbito do Poder Executivo Municipal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.pmf.foz.gov.br/Portal/VisualizaObj.aspx?IDObj=13982>
13. **Manual de gestão de documentos do Estado do Paraná**. / Departamento Estadual de Arquivo Público. – 3. ed. rev. e ampl. – Curitiba: O Arquivo, 2007. 115 p. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/PGD/ManualGestao.pdf>
14. RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea** – 3º ed – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO: Cargo: Analista Previdenciário – Ciências Contábeis

PROGRAMA

1. **Noções de Administração Pública**. Administração pública: conceito, e princípios básicos. Poderes. Serviços Públicos. Organização administrativa: administração direta e indireta; centralizada e descentralizada; autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, agências reguladoras e executivas; terceiro setor; consórcios públicos; organizações sociais; organizações da sociedade civil de interesse público. Órgãos públicos: conceito, natureza e classificação. Princípios Constitucionais da Administração Pública; Licitação: conceito, princípios, modalidades - Contratos administrativos: conceito e características. Lei 8.666/93 e alterações posteriores; Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e Fundações Públicas do Estado. Lei Complementar Municipal no 17, de 30 de agosto de 1993 (Estatuto dos Servidores Municipais de Foz do Iguaçu) e suas atualizações até a data de publicação do edital. Lei Complementar nº 107/2006 e suas atualizações até a data de publicação do edital.
2. **Noções de Direito Constitucional**: Dos Princípios Fundamentais (arts. 1º ao 4º); Dos Direitos e Garantias Fundamentais (arts. 5º a 13º); Da Organização do Estado - Da Administração Pública (arts. 37º ao 41º); Da Organização dos Poderes - Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (arts. 70º a 75º); Da Tributação e do Orçamento - Do Sistema Tributário Nacional (arts.145 a 156) Das Finanças Públicas (arts.163º a 169º); Da Ordem Econômica e Financeira - (arts. 170º a 174º).
3. **Noções de Direito Financeiro e Orçamentário**: Atividade financeira do Estado. Receita: conceito, classificação, fases, renúncia. Despesa: conceito, classificação, fases.
4. **Noções de Execução Orçamentária e Financeira**: Programação e controle de recursos orçamentários e financeiros. Retenção e recolhimento de contribuição previdenciária incidente em serviços. Controle e pagamento de restos a pagar e de despesas de exercícios anteriores. Contabilização de contratos. Controle de suprimentos de fundos. Conformidade diária. Atualização do rol de responsáveis. Lei nº 4.320, de 17/03/1964. Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.
5. **Administração Financeira e Orçamentária**: Orçamento Público: conceitos e princípios. Orçamento público no Brasil. Ciclo orçamentário. Orçamento- Programa. Planejamento no Orçamento-Programa. Orçamento na constituição de 1988: LDO, LOA e

- PPA. Conceituação e classificação da Receita Pública. Classificação orçamentária da receita pública por categoria econômica no Brasil. Classificação dos Gastos Públicos segundo a finalidade, natureza e agente (classificação funcional e econômica). Tipos de Créditos Orçamentários. Contas dos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial.
- 6. Contabilidade Geral:** Patrimônio: Conceito, bens, direitos e obrigações, patrimônio líquido. Conta: determinação dos débitos e dos créditos, contas correntes. Escrituração: livros obrigatórios, métodos de escrituração, partidas dobradas. Elaboração das demonstrações financeiras exigidas pela Lei nº 6.404/76 e Lei nº 11.638, suas alterações e legislação complementar: conceito, obrigatoriedade, conteúdo, forma de apresentação, elaboração e critérios de contabilização.
 - 7. Contabilidade Pública:** Patrimônio nas entidades públicas: bens públicos, classificação dos bens públicos, dívida pública fundada ou consolidada, dívida fluante, patrimônio financeiro e patrimônio permanente. Receita Pública: conceito, receita efetiva, receita por mutação patrimonial, categorias econômicas, fontes de receitas orçamentárias, renda e receita pública. Despesa Pública: conceito, despesa efetiva, despesa por mutação patrimonial, categorias econômicas, fixas e variáveis, elementos de despesa pública. Entradas e Saídas Extraorçamentárias. Superveniências e insubsistências ativas e passivas. Adiantamentos: conceito, concessão, aplicação e comprovação. Sistemas de contas: orçamentário, financeiro e patrimonial. Plano de Contas: características fundamentais, codificação da receita e da despesa, função das contas e escrituração.
 - 8. Elaboração das Demonstrações Contábeis:** Balanço Orçamentário (BO), Balanço Patrimonial (BP), Balanço Financeiro (BF); Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Lei 4.320/1964. Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); Demonstração do Resultado Econômico do Exercício (DRE). (NBC T 16.6) - MCASP-2017, aplicado a partir de 2017.
 - 9. A Contabilidade Aplicada aos RPPS:** Estrutura do Plano de Contas; Manual de Contas; Modelos e Instruções de Preenchimento das Demonstrações Contábeis; Normas de Procedimentos Contábeis; Especificidades na elaboração do orçamento dos RPPS; Contabilização da provisão matemática previdenciária; Contabilização das Contribuições previdenciárias; Carteira de investimentos dos RPPS; Depreciações e Reavaliações. Outros Demonstrativos Exigidos pelo Ministério da Previdência Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADRIANO, Sérgio. **Manual dos Pronunciamentos Contábeis Comentados**, Ed. São Paulo. Editora Atlas, 2018.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988 e as Emendas Constitucionais nº: 20, de 15 dezembro de 1998, de 19 de dezembro de 2003; e nº:47, de 05 de julho de 2005.
- BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível no link: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L8666compilado.htm.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível no link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm.
- BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível no link: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L4320.htm
- BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm
- BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.
- BRASIL. SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios**. 7.ed. Partes I a VIII e Anexos. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2017.
- Lei Complementar Federal nº 131**, de 2009 que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- Di Pietro, Maria Sylvania Zanella (2014) [1990]. **Direito administrativo** 27 ed. São Paulo: Editora Atlas. ISBN 978-85-224-8680-9.
- GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; **Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as Sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC**. Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. FINECAFI. 3ª. Ed. São Paulo. Editora Atlas, 2018.
- BRASIL. **Lei complementar 17/93** | Lei Complementar nº 17 de 30 de agosto Estatuto dos Servidores Municipais de Foz do Iguaçu) e suas atualizações até a data de publicação do edital.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 107/2006**. Disponível em: <http://www3.pmf.pr.gov.br/PSIPortal/Formularios/wfrmLegislacoes.aspx>
- LIMA, Diana Vaz de; Guimarães, Otoni Gonçalves (2016). **Contabilidade Aplicada aos Regimes Próprios de Previdência Social**. São Paulo: Atlas, 2016 p.312 ISBN: 9788597008982.
- LIMA, Luiz Henrique; SARQUIS, Alexandre Manir Figueiredo (Coord.). **Controle externo dos regimes próprios de previdência social: estudos de ministros e conselheiros substitutos dos Tribunais de Contas**. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 270 p. ISBN 978-85-450-0113-3,

16. PEC nº 287/2016 **Proposta de Reforma da Previdência.** Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/Comparativo-Legislacao-Atual-e-altera%C3%A7%C3%A3o-proposta-pela-Reforma.pdf>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO: Cargo: Analista Previdenciário – Superior Geral

PROGRAMA

Fundamentos da Administração Pública e Noções de Direito Administrativo e Constitucional:

- Direito Constitucional:** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Dos Princípios fundamentais. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Dos direitos individuais e coletivos. Dos direitos sociais. Da organização do Estado. Da organização político-administrativa. Da administração pública. Dos servidores públicos. Da ordem Social. Da Seguridade Social. Da saúde. Da Previdência Social. Da Assistência Social.
- Administração Pública:** princípios constitucionais da administração pública. Contrato Administrativo. Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e Fundações Públicas do Estado. Organização administrativa – centralização e descentralização; administração direta e indireta: composição; categorias de entidades dotadas de personalidade jurídica na administração indireta (autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas); princípios que regem a Administração Pública.
- Servidores Públicos:** vínculo jurídico (estatutário, trabalhista e temporário); quadro funcional; cargos, empregos, funções; formas de provimento; direitos e deveres; ética e responsabilidade social; responsabilidade civil, penal e administrativa do servidor público.
- Gestão de Pessoal Administração de pessoal:** controle de frequência, procedimentos para admissão e demissão, documentação e registro.
- Gestão Administrativa e Financeira:** noções de planejamento e orçamento público; planos, programas e projetos; orçamentos anuais, execução financeira, modalidades de empenho; vedações orçamentárias; processo de licitação: modalidades.
- Sistemas de controle administrativos:** Atos administrativos; conceitos, elementos característicos.
- Contrato Administrativo:** partes componentes, formalização, modalidades, cláusulas de privilégio, cláusulas essenciais. Prazos, prorrogação, extinção, inexecução.
- Previdência Social e Legislação Previdenciária.** 1. Seguridade Social. 1.1. Origem e evolução legislativa no Brasil. 1.2. Conceituação. 1.3. Organização e princípios constitucionais. 2. Legislação Previdenciária. 2.1. Conteúdo, fontes, autonomia. 2.3. Aplicação das normas previdenciárias. 2.3.1 Vigência, hierarquia, interpretação e integração. 2.4. Orientação dos Tribunais Superiores. 6 Decadência e prescrição. 7. Crimes contra a seguridade social. 8 Infrações à legislação previdenciária. 9 Recurso das decisões administrativas. 10. Plano de Benefícios da Previdência Social: beneficiários, espécies de prestações, benefícios, disposições gerais e específicas, períodos de carência, salário de benefício, renda mensal do benefício, reajustamento do valor dos benefícios. 11. Manutenção, perda e restabelecimento da qualidade de segurado.
- Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.** Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64.** Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, Estados e Municípios.
- Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, de 08/06/94.** Licitações e Contratos da Administração Pública.
- Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002** (pregão).
- Lei Orgânica do Município de Foz do Iguaçu,** Promulgada em 06 de abril de 1990.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Paulo Vicente. Gestão Pública Contemporânea. Editora Starlin 2015.
- BALERA, Wagner. Legislação Previdenciária Anotada. Juruá Editora 2016.
- CHIAVENATTO, Idalberto. Administração Geral e Pública - Série Provas e Concursos 4ª edição. Editora Manole 2016.
- DELGADO, Isaias F. Manual de Direito Administrativo. Juruá 2017.
- Administração Pública: Normas e Regulamentos. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/154487>
- Manual de Direito Administrativo - Teoria e Prática - Prefácio do Ministro José Augusto Delgado - 4ª Edição - Revista e Atualizada Isaias Fonseca Moraes.
- BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível no link: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L8666compilado.htm.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000** - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível no link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm.

9. BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.** Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível no link: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L4320.htm
10. BRASIL. **Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.** Institui no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110520.htm
11. FOZ DO IGUAÇU. **Lei Orgânica Municipal, promulgada em 06 de abril de 1990.** Disponível em <https://leismunicipais.com.br/prefeitura/pr/fozdoiguacu>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO: Cargo: Analista Previdenciário – Serviço Social

PROGRAMA

1. Ética e regulamentação profissional.
2. Conjuntura contemporânea do Serviço Social brasileiro.
3. Fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social.
4. Instrumental técnico operativo do Serviço Social.
5. Políticas Sociais.
6. Seguridade Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALENCAR JUNIOR, Osmar Gomes; SALVADOR, Evilásio da Silva. Finanças, fundo público e financiamento da Seguridade Social no Brasil. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 239-248, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/37602/31327>
2. BARROCO, Maria Lucia Silva & TERRA, Sylvia Helena. Código de Ética do/a Assistente Social Comentado. Conselho Federal de Serviço Social (organizador). São Paulo; Cortez, 2012.
3. BEHRING, Elaine Rossetti & BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
4. BRASIL. Lei 8.662, de 07 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.
5. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm
6. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. Código de Ética do Assistente Social. Resolução CFESS n. 594 de 21 de janeiro de 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/js/library/pdfs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf
7. FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. Projeto ético-político do serviço social: contribuições à sua crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.
8. IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
9. JESUS, Edivane de. A previdência social e o trabalhador: entre o acesso ao direito e a contribuição. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 213-221, jul. /dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/43523/31335>
10. LAVORATTI, Cleide; COSTA, Dorival (Org.). Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário. 1ª ed. Ponta Grossa PR: Estúdio Texto, 2016. Disponível em: <http://www.uepg.br/proex/Documents/Ebooks/INSTRUMENTAIS%20TECNICO-OPERATIVOS%20NO%20SERVICO%20SOCIAL.pdf>
11. MOTA, Ana Elizabete. 80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 128, p. 39-53, abr. 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000100039&lng=pt&nrm=iso
12. PRADO, Fernanda de Oliveira; DUARTE, Evaristo Emigdio Colmán. A racionalização do trabalho dos assistentes sociais do INSS. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 162-171, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/43648/31364>
13. SALVADOR, Evilásio da Silva. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. Serviço Social e Sociedade. [online]. 2017, n.130 [citado 2018-05-10], pp.426-446. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000300426&lng=pt&nrm=iso
14. ROCHA, Rebecca Fernandes; MACÁRIO, Epitácio. Padrão atual de acumulação de capital, mundo do trabalho e reestruturação da previdência social no Brasil. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 191-201, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/37581/31319>
15. YAZBEK, Maria C. Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social, In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 143-164.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO: Cargo: Analista Previdenciário – Sistemas de Informação

PROGRAMA

1. Hardware: conceitos, fundamentos, manutenção, identificação dos principais componentes e funcionalidades.
2. Sistemas Operacionais: UNIX, Linux, Windows 10 e Windows Server. Arquitetura, configuração, instalação, funcionamento, gerenciamento de memória, sistema de arquivos, serviços, segurança, manutenção, backup, recuperação, interface texto e gráfica, configuração de dispositivos, administração local e remota, configuração de rede; instalação e configurações; principais programas aplicativos.
3. Redes de Computadores: conceitos básicos, tipos de redes, componentes e transmissão de dados. Protocolos: o modelo OSI da ISO, TCP/IP (fundamentos, endereçamento IP, máscara de rede, protocolos IP, ARP, ICMP, UDP, TCP, DNS, Telnet, FTP, SMTP e HTTP).
4. Linguagem de Programação: ASP .NET, HTML (todas as versões), CSS, JavaScript, VBScript, PHP 5 ou superior, Java 8 ou superior (Linguagem, Java SE e Java EE). Servidores Apache, Tomcat e Glassfish.
5. Banco de Dados: ANSI SQL, modelo relacional, MS SQL Server 2012 e 2016, MySQL, PostgreSQL 9 ou superior e Oracle 12 ou superior. Segurança nos SGBDs, backup, recuperação, exportação e importação de dados.
6. XML (Extensible Markup Language).
7. Processos de software: modelos e atividades do processo de software (cascata, incremental, espiral, Processo Unificado - RUP, métodos ágeis).
8. Gerência de projetos de software: planejamento do projeto, planejamento ágil, estimativas, monitoramento e controle de projetos.
9. Qualidade de software: modelos de referência para qualidade do processo (CMMI-DEV, MR-MPS.BR-SW), qualidade do produto (Norma ISO/IEC 25000), teste de software, métricas, padrões e revisões de software.
10. Engenharia de requisitos: tipos de requisitos, processo de engenharia de requisitos, gerenciamento de requisitos.
11. Análise orientada a objetos de sistemas: utilização da Unified Modeling Language (UML).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Gabriel Torres. **Hardware Curso Completo**. Rio de Janeiro: Nova Terra, 2014.
2. Carlos Eduardo Morimoto. **Hardware - O Guia Definitivo**.
3. Marimoto, Carlos E. **Guia de hardware: configuração e expansão**.
4. Tanenbaum, Andrew S. Albert S. Woodhull. **Sistemas operacionais: projeto e implementação**. Porto Alegre: Bookman, 2008.
5. Escola Superior de Redes. **Administração de Sistemas Linux: redes e segurança**. 2013.
6. Morimoto, Carlos E. **Linux: guia prático**, 2009.
7. Craig Hunt. **Servidores de Redes com Linux**. São Paulo: Market Books, 2000.
8. Peter Norton, Arthur Griffith. **Guia Completo do Linux**. São Paulo: Berkeley Brasil, 2000.
9. Baddini, Francisco. Windows Server 2003 em português: implementação e administração.
10. Baddini, Francisco. Reinaldo do Valle Jr. **Implantação E Gerenciamento De Redes Com Ms Windows 10 Pro**. Erica, 2016.
11. MICROSOFT. Windows Server. [https://msdn.microsoft.com/en-us/library/dn636873\(v=vs.85\).aspx](https://msdn.microsoft.com/en-us/library/dn636873(v=vs.85).aspx)
12. COMITE GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Cartilha de Segurança para Internet. Versão 4.0 ou superior**. 2012. Disponível em <https://cartilha.cert.br/livro/cartilha-seguranca-internet.pdf>
13. Mauricio Rocha Lyra. **Segurança e Auditoria em Sistema De Informação**.
14. Carlos Cabral. Willian Caprino. **Trilhas em Segurança da Informação: Caminhos e Ideias para a Produção de Dados**
15. Abraham Silberschatz, Henry F. Korth, S. Sudarshan. **Sistema de Banco de Dados**. Campus.
16. Roberto Rubinstein Serson. **Oracle 10g Database: Guia do DBA**. Novatec,.
17. ORACLE. MySQL 5.7 Reference Manual. Disponível em <https://dev.mysql.com/doc/refman/5.7/en/>
18. PostgreSQL. Documentação oficial, versão 8 ou superior. Disponível em português em <http://www.postgresql.org.br/pages/documentacao.html>
19. PostgreSQL. Versão 10, documentação oficial. Disponível em <https://www.postgresql.org/docs/10/static/index.html>
20. MICROSOFT. SQL Server Documentation, <https://docs.microsoft.com/en-us/sql/sql-server/sql-server-technical-documentation?view=sql-server-2017>
21. World Wide Web Consortium (W3C). **Especificações oficiais para as Linguagens HTML 5 e CSS**. Disponíveis em: <https://www.w3.org/>
22. PHP. Documentação oficial, disponível em http://php.net/manual/pt_BR/
23. ORACLE. Documentação oficial da linguagem Java. Disponível em <https://docs.oracle.com/javase/9/>
24. ORACLE. Documentação oficial da linguagem Java Platform, Standard Edition (Java SE) 8. Disponível em <https://docs.oracle.com/javase/8/>
25. ORACLE. Documentação oficial da linguagem Java Platform, Enterprise Edition (Java EE) 7. Disponível em <https://docs.oracle.com/javase/7/index.html>
26. DEITEL, Paul. DEITEL, Harvey. Java como programar. Pearson. 10a edição. 2016.
27. BASHAN, Bryan. SIERRA, kathy. Use a cabeça! Servlets & JSP. Alta Books. 2a. edição. 2009.
28. CORDEIRO, Gilliard. Aplicações Java para a web com JSF e JPA. Casa do Código. 2012.
29. MENDES, Marta. MENDES, Warley. Java RESTful na Prática com JAX-RS. Ciência Moderna. 2016.
30. SOUZA, Alberto. Java EE: Aproveite toda a plataforma para construir aplicações. Casa do Código. 2015.

31. DALL'OGGIO, Pablo. Php - Programando Com Orientação A Objetos. Novatec. 3a Ed. 2015.
32. NIEDERAUER, Juliano. PHP para quem conhece PHP. Novatec. 5a. Ed. 2017.
33. MILANI, Andre. Construindo Aplicações Web com PHP e MYSQL. Novatec. 201
34. MOZILLA. Documentação oficial do JavaScript disponível em <https://developer.mozilla.org/pt-BR/docs/Web/JavaScript/Guide>.
35. John Vlissides. **Padrões de Projetos: Soluções Reutilizáveis de Software Orientado A Objetos** Bookman. 2000.
36. E. Gamma and R. Helm and R. Johnson and J. Vlissides. **Design Patterns - Elements of Reusable Object-Oriented Software**. AddisonWesley, 1995.
37. JAVA DESIGN PATTERNS AT A GLANCE. Disponível em <http://www.javacamp.org/designPattern>
38. GUEDES, Gilleanes. **UML 2 – Uma abordagem prática**. São Paulo: Novatec, 2008.
39. LIMA, Adilson da Silva. **UML 2.5 – do Requisito à Solução**. Editora Érica, 2014
40. BOOCH, Grady. UML: guia do usuário: o mais avançado tutorial sobre Unified Modeling Language (UML), elaborado pelos próprios criadores da linguagem. 2. ed. total. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus: Elsevier, 2012.
41. COHN, Mike. Desenvolvimento de Software com Scrum: aplicando métodos ágeis com sucesso. Porto Alegre: Bookman, 2011.
42. KOSIANSKI, A. Qualidade de Software: aprenda as metodologias e práticas mais modernas para o desenvolvimento de software. São Paulo: Novatec, 2006.
43. KRUCHTEN, Philippe. Introdução ao RUP: Rational Unified Process. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Ciencia Moderna, 2004.
44. MARTINS, J. C. C. Gerenciando Projetos de Desenvolvimento de Software com PMI, RUP e UML. Rio de Janeiro: Brasport, 2007.
45. PRESSMAN, R. S.; Engenharia de Software. Ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2005.
46. PRIKLADNICKI, Rafael; WILLI, Renato; MILANI, Fabiano (Orgs.). Métodos ágeis para desenvolvimento de software. Porto Alegre: Bookman, 2014.
47. SOFTEX, Guia Geral MPS de Software. 2016.
48. SOMMERVILLE, Ian. Engenharia de Software. 9a Ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2011.
49. W3C. Extensible Markup Language (XML) 1.0 (Fifth Edition) disponível em: <https://www.w3.org/TR/REC-xml/>

LEGISLAÇÃO E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO: Procurador Jurídico

PROGRAMA

DIREITO ADMINISTRATIVO

Observação: inclui-se no conteúdo programático da disciplina a legislação vigente (incluindo as alterações) até a data de publicação deste edital, a doutrina constante das referências bibliográficas e o entendimento, sumulado ou não, com ou sem caráter vinculante, dos Tribunais Superiores, do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

1. Direito administrativo: Conceito, princípios e fontes. Interpretação e aplicação do Direito Público. Alterações da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro pela Lei Federal nº 13.655/2018.
2. Administração Pública: conceito, natureza e princípios constitucionais.
3. Poderes administrativos. Poder de polícia: conceito, objeto; atributos e condições de validade.
4. Entes Administrativos. Administração Pública direta, indireta e fundacional. Autarquia, Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista e Fundações instituídas e subvencionadas pelo Poder Público. Lei federal nº 13.303/2016.
5. Bens públicos: conceito, classificação e regime jurídico. Bens municipais. Uso e alienação.
6. Ato administrativo: Elementos e classificação. Existência, validade e eficácia.
7. Licitação: princípios, modalidades, limites, dispensa e inexigibilidade. Procedimento licitatório: fases, nulidade e revogação da licitação. Contratos administrativos: conceito, espécies e regime jurídico. Formalização, alteração e execução. Lei federal nº 8.666/1993. Lei federal nº 10.520/2002.
8. Controle dos Atos Administrativos. A autotutela: mérito e legalidade. O controle judicial: mérito e legalidade. Limites. Prescrição. Servidor público. Lei Complementar Municipal nº 17, de 30 de agosto de 1993: Estatuto dos Servidores Municipais de Foz do Iguaçu e suas atualizações. Direito de greve. Possibilidades e limites. Comunicabilidade das esferas penal e administrativa. Regimes Próprios de Previdência Social dos Servidores Públicos. Regramento constitucional.
9. Serviço Público: conceito e classificação; concessão, permissão, autorização e convênios. Lei federal nº 8.987/1995. Defesa do usuário. Lei federal nº 13.460/2017. Terceiro setor. Lei federal nº 13.019/2014. Organizações sociais e organizações da sociedade civil de interesse público. Contrato de gestão. Lei federal nº 9.637/98. Termo de parceria. Lei federal nº 9.790/99. Desapropriação: conceito, requisitos. Decreto-lei nº 3.365/1941.
10. Processo administrativo: princípios e regras. Lei federal nº 9.784/1999. Aplicabilidade à União, aos Estados e aos Municípios. 12. Direito Administrativo-Disciplinar: conceito e princípios; ilícito administrativo e penalidades.
11. Improbidade administrativa. Lei federal nº 8.429/1992.
12. Responsabilidade civil do Estado; Pressupostos, Ação regressiva e denúncia à lide.
13. Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública. Lei federal nº 12.846/2013. 16. Acesso à informação. Lei federal nº 12.527/2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Empresas Estatais**. São Paulo: Forense, 2017.
2. CARVALHO, Antonio Carlos Alencar. **Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância**. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.
3. CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
4. CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
5. DALLARI, Adilson de Abreu; FERRAZ, Sérgio. **Processo Administrativo**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.
6. DIPP, Gilson; CASTILHO, Manoel L. Volkmer de. **Comentários sobre a Lei Anticorrupção**. São Paulo: Saraiva, 2016.
7. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 31. ed. São Paulo: Forense, 2018.
8. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na Administração Pública**. 11. ed. São Paulo: Forense, 2017.
9. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; MOTTA, Fabrício; FERRAZ, Luciano de Araújo. **Servidores Públicos na Constituição de 1988**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
10. FURTADO, Lucas Rocha. **Curso de Direito Administrativo**. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.
11. FURTADO, Lucas Rocha. **Curso de Licitações e Contratos Administrativos**. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017.
12. GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. **Improbidade Administrativa**. 9. Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
13. JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 17. ed. São Paulo: RT, 2016.
14. JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 12. ed. São Paulo: RT, 2016.
15. JUSTEN FILHO, Marçal. **Pregão - Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico**. 6. ed. São Paulo: Dialética, 2013.
16. MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. 20. ed. São Paulo: RT, 2016.
17. MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.
18. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.
19. MOREIRA, Egon Bockmann. **Processo Administrativo**. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2017.
20. MOTTA, Fabrício; MÂNICA, Fernando Borges; OLIVEIRA, Rafael Arruda (Coord.) **Parcerias com o terceiro setor: as inovações da lei nº 13.019/14**. Belo Horizonte: Fórum, 2017.
21. ROCHA, Sílvio Luiz Ferreira da. **Terceiro Setor**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

DIREITO CIVIL

Observação: inclui-se no conteúdo programático da disciplina a legislação vigente (incluindo as alterações) até a data de publicação deste edital, a doutrina constante das referências bibliográficas e o entendimento, sumulado ou não, com ou sem caráter vinculante, dos Tribunais Superiores.

1. Fontes e aplicação da lei civil. Interpretação: Lei de introdução as normas do Direito Brasileiro. Código Civil.
2. As pessoas como sujeitos da relação jurídica. Conceito. Classificação. Pessoa natural e pessoa jurídica. Domicílio.
3. Os bens como objeto da relação jurídica. Bens. Classificação de bens.
4. Fatos jurídicos. Conceito e classificação. Atos jurídicos "stricto sensu" e negócio jurídico. Conceito e distinção. Existência, validade e eficácia. Fatos ilícitos.
5. Influência do tempo nas relações jurídicas. Prescrição. Decadência. Termo legal e presuntivo.
6. Direito das obrigações. Princípios gerais do direito das obrigações. Obrigações. Conceito, elementos, modalidades e caracteres da obrigação. Classificação das obrigações. Solidariedade. Transmissão, adimplemento e inadimplemento das obrigações. Consequências da inexecução. Liquidação das obrigações. Cessão de crédito.
7. Contratos. Noções gerais, conceito e classificação. Formação, efeitos extinção.
8. Contratos em espécie. Compra e venda e suas cláusulas especiais; permuta; doação; locação; mútuo; comodato; depósito; mandato; seguro; fiança, seus efeitos e extinção; transação e compromisso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AZEVEDO, Antonio Junqueira de. **Negócio jurídico: existência, validade e eficácia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
2. AMARAL, Francisco. **Direito Civil – introdução**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
3. GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. Vol. 1, 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
4. GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. Vol. 2, 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
5. GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. Vol. 3, 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
6. LÔBO, Paulo. **Direito Civil – parte geral**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
7. LÔBO, Paulo. **Direito Civil – obrigações**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
8. LÔBO, Paulo. **Direito Civil – contratos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
9. PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Vol. I, 31. ed. São Paulo: Forense, 2017.
10. PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Vol. II, 30. ed. São Paulo: Forense, 2017.
11. PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Vol. III, 21. ed. São Paulo: Forense, 2017.
12. TEPEDINO, Gustavo; BARBOSA, Heloísa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin. **Código Civil interpretado conforme a Constituição da República**. Vol. I. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.

13. TEPEDINO, Gustavo; BARBOSA, Heloísa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin. **Código Civil interpretado conforme a Constituição da República**. Vol. II. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.
14. VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**. Vol. I, 17. ed. São Paulo, Atlas, 2016.
15. VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**. Vol. II, 17. ed. São Paulo, Atlas, 2016.
16. VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**. Vol. III, 17. ed. São Paulo, Atlas, 2016.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Observação: inclui-se no conteúdo programático da disciplina a legislação vigente (incluindo as alterações) até a data de publicação deste edital, a doutrina constante das referências bibliográficas e o entendimento, sumulado ou não, com ou sem caráter vinculante, dos Tribunais Superiores, do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

1. Constituição: conceito, classificações e conteúdo. Constituição da República Federativa do Brasil. Emendas Constitucionais nº 1/1992 a nº 99/2017.
2. Teoria da Constituição.
3. Poder constituinte: modalidades. Poder de reforma constitucional. Poder constituinte decorrente. Poder constituinte do Município.
4. Normas Constitucionais. Natureza. Classificação quanto à eficácia. Aplicabilidade.
5. Controle jurisdicional de constitucionalidade. Bloco de Constitucionalidade. Espécies de inconstitucionalidade. Momentos de controle. Meios. Sistemas e vias de controle. Ação de inconstitucionalidade genérica, por omissão e interventiva. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Ação declaratória de constitucionalidade. Ação de inconstitucionalidade de Lei Municipal. Competência para a propositura e julgamento. Efeitos.
6. Organização do Estado. Estado. Conceito. Elementos. Formas. Governo. Formas e regimes.
7. Federação brasileira: Princípios fundamentais. Sistema de distribuição de competência entre os entes federativos. Competências privativas e concorrentes. Competências comuns. Intervenção.
8. Criação dos Municípios. Lei orgânica municipal. Competência do Município. Material e legislativa. Concorrente, suplementar e privativa. Autonomia Municipal. Aspectos políticos, administrativos e financeiros de autonomia municipal. Assuntos de interesse local. Lei Orgânica do Município de Foz do Iguaçu.
9. Poder legislativo. Composição. Atribuições. Câmaras Municipais.
10. Processo Legislativo. Discussão, votação, sanção e veto, promulgação e publicação. Competência em razão da matéria. Iniciativa e vícios.
11. Espécies normativas. Emenda Constitucional. Lei Complementar e lei ordinária. Lei delegada, medida provisória, decreto legislativo e resolução.
12. Finanças Públicas. Orçamento. Princípios. Processo Legislativo. Controle de execução.
13. Tribunal de Contas. Competência e atribuições.
14. Poder Executivo. Atribuições. Competência privativa do Poder Executivo. Responsabilidade funcional do Chefe do Poder Executivo.
15. Poder Judiciário. Funções. Autonomia. Princípios. Garantias. Supremo Tribunal Federal. Súmula vinculante. Justiça Federal. Justiça Estadual. Composição. Competência dos Tribunais.
16. Funções essenciais à Justiça. Ministério Público. Da Advocacia Pública. Da Advocacia. Da Defensoria pública. Atribuições Constitucionais.
17. Direitos e Garantias fundamentais. Direitos e garantias individuais e coletivos. Remédios constitucionais: "Habeas corpus", Mandado de Segurança, Mandado de Injunção, "Habeas data" e Ação Popular.
18. Direitos Sociais. Representação coletiva. Direito de greve.
19. Ordem Econômica e financeira.
20. Ordem Social. O Estado e a ordem social. Saúde. Previdência e Assistência Social. Educação, cultura, desporto, ciência e tecnologia. Regramento Constitucional do meio ambiente. Competências legislativas. Regras de compatibilização vertical.
21. Administração Pública. Disposições gerais. Cargos, empregos e funções.
22. Regime jurídico constitucional dos servidores públicos civis. Acessibilidade aos cargos públicos, acúmulo, concurso público, remuneração, vedação de vinculações e equiparações, exercício de mandato eletivo. Estabilidade, disponibilidade, aposentadoria e revisão de proventos. Aplicabilidade das normas constitucionais aos servidores das três esferas do governo. Contratação por prazo determinado. Hipóteses. Responsabilidade dos servidores públicos, esferas civis, penal, administrativa. Improbidade administrativa.
23. Disposições Constitucionais Gerais.
24. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
25. Precedentes do Supremo Tribunal Federal. Súmulas e teses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARROSO, Luís Roberto. **Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
2. BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
3. BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

4. CASTRO, José Nilo de. **Direito Municipal Positivo**. 7. ed. Belo Horizonte. Del Rey, 2010
5. CLÈVE, Clèmerson Merlin (Coord.). **Direito Constitucional Brasileiro** – teoria da constituição e direitos fundamentais, vol. 1. São Paulo: RT, 2014.
6. CLÈVE, Clèmerson Merlin (Coord.). **Direito Constitucional Brasileiro** – organização do Estado e dos Poderes, vol. 2. São Paulo: RT, 2014.
7. FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. **Direito Municipal**. 4. ed. São Paulo: RT, 2014.
8. MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro**, 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.
9. MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
10. MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
11. SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
12. SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 41. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.
13. SOUZA NETO, Claudio Pereira de; SARMENTO, Daniel. **Direito constitucional: teoria, história e métodos de trabalho**. Belo Horizonte: Fórum, 2014.
14. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **A Constituição e o Supremo**. 5. ed. atual. até a EC 90/2015. Brasília : STF, Secretaria de Documentação, 2016.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Observação: inclui-se no conteúdo programático da disciplina a legislação vigente (incluindo as alterações) até a data de publicação deste edital, a doutrina constante das referências bibliográficas e o entendimento, sumulado ou não, com ou sem caráter vinculante, dos Tribunais Superiores, do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

1. Previdência social: noção e fundamentos. Evolução histórica perante as constituições brasileiras. Modelos contributivos e não contributivos, de repartição e de capitalização, públicos e privados. Previdência Social e direitos sociais na Constituição de 1988.
2. Princípios do direito previdenciário. Fontes. Vigência e eficácia das normas previdenciárias no tempo e no espaço. Competência legislativa. Prescrição em matéria previdenciária. Regimes de previdência social: regime geral, regimes próprios dos servidores públicos e regime complementar.
3. Previdência social dos agentes públicos: servidores efetivos, servidores estabilizados, empregados públicos, temporários, detentores de cargo em comissão, detentores de mandato eletivo. Servidores públicos e regime de previdência complementar.
4. Disciplina constitucional da previdência social dos servidores públicos e reformas previdenciárias. Direito adquirido e expectativa de direito. Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Emenda Constitucional nº 20/1998, Emenda Constitucional nº 41/2003, Emenda Constitucional nº 47/2005, Emenda Constitucional nº 70/2012 e Emenda Constitucional nº 88/2015. Normas gerais dos regimes próprios de previdência dos servidores públicos (Lei nº 9.717/1998, Lei nº 10.887/2004 e Orientação Normativa nº 02/2009 da Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social). Órgão Gestor Único. Previdência complementar.
5. Regimes próprios de previdência dos servidores efetivos: regras constitucionais permanentes. Contributividade e solidariedade. Compulsoriedade. Aplicabilidade subsidiária das normas do regime geral de previdência social. Contagem de tempo fictícia e contagem recíproca. Correspondência entre benefício e fonte de custeio. Promoções pós-aposentadoria. Unidade de regime e de gestão. Fundos de previdência.
6. Custeio do regime próprio de previdência dos servidores. Contribuição previdenciária de servidores ativos, inativos e de pensionistas. Imunidade e isenção. Alíquotas de contribuição previdenciária. Contribuição do ente público.
7. Benefícios do regime próprio de previdência dos servidores públicos. Paridade e integralidade. Aposentadorias: modalidades, critérios e requisitos de concessão e forma de cálculo dos benefícios (remuneração base de contribuição, atualização e parcelas incorporáveis). Aposentadorias especiais: hipóteses constitucionais e dependência de regulamentação. Aposentadoria especial dos professores. Pensão: fato gerador, forma de cálculo do benefício, dependentes e beneficiários. Cumulação de aposentadorias e pensões. Teto dos benefícios. Reajustamento dos benefícios. Abono de permanência.
8. Regramento previdenciário dos servidores públicos do Município de Foz do Iguaçu. Lei Complementar Municipal nº 107/2006. Segurados, dependentes, custeio e benefícios. Contribuição previdenciária. Responsabilidade do ente público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BORGES, Mauro Ribeiro. **Previdência Funcional & Regimes Próprios de Previdência**. Curitiba: Juruá, 2003.
2. CAMPOS, Marcelo Barroso Lima Brito de. **Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos**. 8. ed. Curitiba: Juruá, 2017.
3. DIAS, Eduardo Rocha; MACEDO, José Leandro Monteiro de. **Nova Previdência Social do Servidor Público**. 3. ed. São Paulo: Método, 2010.
4. IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de Direito Previdenciário**. 22. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.
5. LEITÃO, Andre Studart; DIAS, Eduardo Rocha; MACEDO, José Leandro Monteiro de. **Nova Previdência Complementar do Servidor Público**. São Paulo: Método, 2012.
6. SPECHOTO, Karina. **Dos Regimes Próprios de Previdência Social**. 2. ed. São Paulo: LTR, 2015.

7. TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito previdenciário**. 16ª ed., Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Observação: inclui-se no conteúdo programático da disciplina a legislação vigente (incluindo as alterações) até a data de publicação deste edital, a doutrina constante das referências bibliográficas e o entendimento, sumulado ou não, com ou sem caráter vinculante, dos Tribunais Superiores.

1. Processo Civil: conceito, natureza, noções gerais.
2. O Processo Civil na Constituição. Institutos, normas e garantias constitucionais de natureza processual civil.
3. Jurisdição e Ação. Conceito e noções gerais. Jurisdição contenciosa e voluntária. Natureza jurídica da ação: teorias; posição do tema no Direito Processual Brasileiro vigente.
4. Processo de conhecimento, processo executório e processo cautelar: distinções; classificação das ações: declaratória, constitutiva (positiva e negativa), condenatória, executiva e mandamental; ação real, reipersecutória e pessoal; conceito, distinção e peculiaridades. Condições da ação no direito brasileiro.
5. Processo e procedimento. Conceito e distinção, noções gerais. Princípios informativos do processo. Pressupostos processuais. Procedimento ordinário e sumário.
6. Partes e procuradores. Conceito de parte: capacidade para ser parte, capacidade para estar em Juízo e capacidade postulatória. Substituição das partes e procuradores, legitimação das partes e procuradores, legitimação extraordinária.
7. O litisconsórcio, a assistência e as peculiaridades. A posição processual da pessoa jurídica de direito público no mandado de segurança e na ação popular.
8. Representação processual da pessoa de direito público; peculiaridades.
9. O Ministério Público no Processo Civil.
10. Intervenção de terceiros; conceito de terceiro; formas de intervenção segundo o direito processual vigente; oportunidade; eficácia da sentença; peculiaridades. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. *Amicus Curiae*.
11. Competência. Conceito; espécies. Modificação e perpetuação da competência. Declaração de incompetência; meios, procedimentos e eficácia da decisão.
12. Atos processuais. Formas, tempo, prazos, lugar e meios de comunicação dos atos processuais; citação e intimação. Atos do Juiz, das partes e dos auxiliares do juízo; os prazos e a Fazenda Pública. Nulidades dos atos processuais; casos e peculiaridades.
13. Formação, suspensão e extinção do processo. Hipóteses. Efeitos.
14. Petição Inicial. Requisitos. Ausência de requisitos e inépcia da petição inicial; emenda, complementação e indeferimento da inicial. Causa de pedir e pedido; conceito e requisitos; pedidos simples, cumulados e alternativos; modificabilidade do pedido.
15. Atitudes do réu. Contestação. Exceções. Reconvenção. A revelia e a contumácia: efeitos em geral e contra a Fazenda Pública.
16. Julgamento conforme o estado do processo. Casos. Extinção do processo com ou sem resolução do mérito, julgamento antecipado e saneamento do processo.
17. Prova. Conceito e princípios gerais. Meios, produção e oportunidade; regras processuais de distribuição do ônus da prova. Confissão e Fazenda pública.
18. Sentença e coisa julgada. Conceito e noções gerais; requisitos de existência, validade e eficácia da sentença e decisões judiciais. Classificação das sentenças. Coisa julgada formal e material; Limites da coisa julgada; Desconstituição da coisa julgada: a ação rescisória; casos; Juízo rescindente e rescisório; eficácia da decisão.
19. Cumprimento da sentença.
20. Recursos. Conceito e noções gerais. Pressupostos de admissibilidade e mérito; espécies de recursos, prazos, peculiaridades e procedimentos; reexame necessário; Prerrogativas e direito do advogado na defesa perante os Tribunais; Sustentação oral. Recursos perante os Tribunais Superiores. Recurso extraordinário e especial: peculiaridades, pressupostos constitucionais, legais e jurisprudenciais de admissibilidade; o prequestionamento e os embargos de declaração como meio de obtê-lo.
21. Liquidação de sentença. Espécies. Procedimentos.
22. Execução. Conceito e noções gerais. Espécies; Título executivo judicial e extrajudicial. Procedimentos. Embargos do devedor. Execução contra a Fazenda Pública. Peculiaridades. Precatórios.
23. Tutela antecipada, tutela cautelar e tutela da evidência.
24. Procedimentos especiais regulados ou mantidos pelo Código de Processo Civil. Procedimentos contenciosos: Consignação em pagamento; prestação de contas; possessórias: manutenção, reintegração, interdito proibitório; divisão, demarcação e usucapião de terras particulares; embargos de terceiros.
25. Procedimentos especiais regulados fora do Código de Processo Civil. Ação de desapropriação. Ação Popular. Ação Civil Pública. Ação direta de inconstitucionalidade. Mandado de Segurança.
26. Noções sobre o Poder Judiciário. Noções gerais sobre a estrutura do Poder Judiciário no Brasil. O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça. Estrutura, composição e competência. A Justiça Estadual; Organização judiciária do Estado; Tribunal de Justiça. Estrutura, composição e competência. Os juízes de primeiro grau: repartição das competências. As Varas da Fazenda Pública. Juizados Especiais. Lei nº 9.099/1995. Lei nº 10.259/2001. Lei nº 12.153/2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ASSIS, Araken de. **Manual da Execução**. 20. ed. São Paulo: RT, 2018.
2. BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
3. CUNHA, Leonardo Carneiro. **A Fazenda Pública em Juízo**. 15 ed. São Paulo: Forense, 2018.
4. DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. Vol. 1. 20 ed. Salvador: Juspodivm, 2018.
5. DIDIER JÚNIOR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. **Curso de Direito Processual Civil**. Vol. 2. 13 ed. Salvador: Juspodivm, 2018.
6. DIDIER JÚNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro. **Curso de Direito Processual Civil**. Vol. 3. 15 ed. Salvador: Juspodivm, 2018.
7. DIDIER JÚNIOR, Fredie; ZANETI JUNIOR, Hermes. **Curso de Direito Processual Civil**. Vol. 4. 12 ed. Salvador: Juspodivm, 2018.
8. DIDIER JÚNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro. BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. **Curso de Direito Processual Civil**. Vol. 5. 8 ed. Salvador: Juspodivm, 2018.
9. FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. **Juizados Especiais da Fazenda Pública**. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
10. MEIRELLES, Hely Lopes; WALD, Arnoldo; MENDES, Gilmar Ferreira. **Mandado de Segurança e ações constitucionais**. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.
11. MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sergio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo Curso de Processo Civil: teoria geral do processo civil**. Vol. 1. 3. ed. São Paulo: RT, 2017.
12. MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sergio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo Curso de Processo Civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum**. Vol. 2. 3. ed. São Paulo: RT, 2017.
13. MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sergio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo Curso de Processo Civil: tutela dos direitos mediante procedimentos diferenciados**. Vol. 3. 3. ed. São Paulo: RT, 2017.
14. NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil Comentado**. 17. ed. São Paulo: RT, 2018.
15. WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; DIDIER, Fredie; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno. **Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil**. 3. ed. São Paulo: RT, 2016.

DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

Observação: inclui-se no conteúdo programático da disciplina a legislação vigente (incluindo as alterações) até a data de publicação deste edital, a doutrina constante das referências bibliográficas e o entendimento, sumulado ou não, com ou sem caráter vinculante, dos Tribunais Superiores, do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

1. Direito tributário: conceito, natureza, princípios.
2. Direito tributário constitucional: Sistema tributário nacional. Dos princípios gerais. Espécies de tributos. Competência tributária. Dos tributos dos entes federativos. Das limitações do poder de tributar. Da repartição das receitas tributárias.
3. Normas tributárias. Leis tributárias: espécies, vigência, incidência, aplicação, interpretação e integração.
4. Da lei complementar em matéria tributária.
5. Da Obrigação Tributária: conceito, definição e espécies. Fato gerador. Sujeitos da obrigação tributária. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Responsabilidade e substituição tributária. Da desconsideração da personalidade jurídica.
6. Crédito tributário: conceito, natureza, constituição, suspensão e extinção. Lançamento: modalidades, eficácia e alteração.
7. Exclusão do crédito tributário: isenção, anistia e imunidades.
8. Prescrição e decadência em matéria tributária.
9. Garantias e privilégios do crédito tributário. Dívida ativa: conceito e espécies; requisitos para inscrição. Liquidez e certeza. Certidão de dívida ativa: positiva, negativa e positiva com efeitos de negativa.
10. Execução Fiscal. Pressupostos processuais e condições da ação. Competência. Procedimento da execução fiscal. Causas suspensivas e extintivas da execução fiscal. Embargos. Pressupostos processuais e condições da ação. Procedimento. Impugnação. Recursos. Prazos. Execução e juízo universal. Concurso de preferência. Lei Federal nº 6.830/80.
11. Defesa do contribuinte em Juízo: Ação declaratória de inexistência de débito fiscal, ação anulatória do ato declarativo do débito fiscal, ação de repetição do indébito, Mandado de Segurança e consignação em pagamento. Pressupostos processuais, condições da ação e procedimento em cada um desses instrumentos.
12. Das normas constitucionais de direito financeiro. Das finanças públicas: da despesa e da receita pública. Classificação. Lei Federal n.º 4.320/64.
13. Das leis orçamentárias. Do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual. Da fiscalização e do controle dos orçamentos: controle interno, controle externo e controle privado.
14. Da responsabilidade fiscal (Lei Complementar n.º 101/00). 19. Precatórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABRAHAM, Marcos. **Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada**. 2. ed. São Paulo: Forense, 2017.
2. ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário**. 12. ed. Salvador: Juspodivm: 2018.
3. AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

4. ÁVILA, Humberto. **Sistema Constitucional Tributário**. 5. ed. São Paulo: Saraiva: 2012.
5. CARRAZZA, Roque Antônio. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.
6. CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário**. 29. ed., São Paulo: Saraiva, 2018.
7. COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de Direito Tributário Brasileiro**. 16. ed. São Paulo: Forense, 2018.
8. CONTI, José Maurício (Coord.). **Orçamentos Públicos**. 2. ed. São Paulo: RT, 2010.
9. COSTA, Regina Helena. **Curso de Direito Tributário**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
10. FURTADO, J. R. Caldas. **Direito Financeiro**. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013.
11. GOMES, Emerson Cesar da Silva. **O Direito dos Gastos Públicos no Brasil**. São Paulo: Almedina, 2015.
12. MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 38. ed., São Paulo: Malheiros, 2017.
13. MARTINS, Ives Gandra da Silva; NASCIMENTO, Carlos Valder. **Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
14. MELO, José Eduardo Soares de. **Curso de Direito Tributário**. 10. ed. São Paulo: Dialética, 2012.
15. MOREIRA, Egon Bockmann; GRUPENMACHER, Betina Treiger; KANAYAMA, Rodrigo Luís; AGOTTANI, Diogo Zelak. **Precatórios: o seu novo regime jurídico**. São Paulo: RT, 2017.
16. OLIVEIRA, Weder. **Curso de Responsabilidade Fiscal**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015.
17. PAULSEN, Leandro. **Constituição e Código tributário comentados**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
18. PAULSEN, Leandro, ÁVILA, Rene Bergmann; SLIWKA, Ingrid Schroder. **Direito Processual Tributário: processo administrativo fiscal e execução fiscal à luz da doutrina e da jurisprudência**. 8. ed. Porto Alegre: Livraria de Advogado. 2014.
19. TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de Direito Financeiro e Tributário**. 20. ed. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2018.